



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera a redação do parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ...

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto no parágrafo 1º, III, “a” deste artigo, para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, bem como para as mulheres policiais civis e militares, desde que comprovem 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando com 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo de natureza policial.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(aa) CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK, ROSANE FERREIRA, RIBAS CARLI FILHO, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, OSMAR BERTOLDI, NEY LEPREVOST, DR. BATISTA, NELSON JUSTUS, LUCIANA RAFAGNIN, DUÍLIO GENARI, CARLOS SIMÕES, LUIZ NISHIMORI, FRANCISCO BÜHRER, JOCELITO CANTO, CHICO NOROESTE, ALEXANDRE CURI, FÁBIO CAMARGO E PÉRICLES DE MELLO.

JUSTIFICATIVA:

As policiais civis brasileiras são trabalhadoras que não têm reconhecida sua condição feminina quando se aposentam, mesmo em categorias com direito à aposentadoria especial, como as policiais militares e professoras.

De acordo com pesquisas científicas realizadas em vários países pela Organização Internacional de Trabalho - OIT, a atividade policial foi classificada como a segunda mais estressante do mundo, perdendo apenas para os mineiros das minas de carvão, classificação essa reconhecida pela ONU.

A Organização Mundial de Saúde - OMS - catalogou a atividade policial como insalubre, perigosa, geradora de imenso estresse por período de contínuo esforço físico e de exigência intermitente de acuidade e higidez mental, pois o policial tem a missão de garantir, com dedicação integral e exclusiva e com o risco da própria vida, a ordem, a paz pública, o patrimônio dos cidadãos comuns e os bens e serviços da nação.

Prova de tal reconhecimento mundial, é que os policiais dos países desenvolvidos, a exemplo do FBI, têm estabelecido a duração do tempo de serviço de seus policiais em 20 anos, para homens e para mulheres. Existe verdadeira aberração na interpretação gramatical da Lei Complementar nº 051/85, haja vista que se concede a aposentadoria especial para o homem e não para a mulher policial, porque a letra da lei só menciona o masculino.

Trata-se de marcante discriminação do gênero feminino e isso em pleno século XXI. Viola-se, com essa imposição de aposentadoria especial só para o homem policial, todos os princípios fundamentais do estado de direito. Há 21 anos é vedado à mulher policial o mesmo direito já concedido ao homem policial.

Diante do exposto, imprescindível preservar o direito de igualdade com a aprovação da presente emenda constitucional.